

Futebol

Combate à violência nos estádios é tema de encontro realizado pelo Ministério Público

Ao abrir o I Encontro sobre Segurança e Combate à Violência nos Estádios de Futebol, dia 14 de janeiro, na sede da PGJ, a procuradora Geral de Justiça do Estado do Ceará, Maria do Perpétuo Socorro França Pinto, adiantou que o Ministério Público estadual tem mantido reuniões com a direção do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e que já tem como certa a criação do Juizado Especial Móvel, que comparecerá aos estádios quando da realização de partidas de futebol e de eventos outros que reúnam grande número de torcedores de diferentes times.

Ao reconhecer que o Estatuto do Torcedor trouxe avanços e garantias para os amantes do desporto, sobretudo do futebol, a procuradora Socorro França disse que é necessário efetivá-lo de fato e que a fiscalização da lei é obrigação do Ministério Público. "Todos são co-responsáveis pela construção da paz e segurança nas praças esportivas" – ressaltou. O objetivo do encontro foi promo-

ver uma cultura de paz juntos aos torcedores de futebol, tanto no ambiente dos estádios como fora deles, afirmou a procuradora de Justiça Maria Neves Feitosa Campos, coordenadora do Núcleo do Desporto e Defesa do Torcedor (Nudetor).

No encontro foi lançado, no âmbito do Ministério Público, o Programa Cartão Torcedor Cidadão, elaborado pela Confederação Cearense de Futebol, em conformidade com a orientação do Ministério Público do Estado do Ceará, através do Nudetor, e do Estatuto do Torcedor. O Programa prevê o cadastramento das torcidas organizadas e de torcedores em geral, emissão de cartão de identificação pessoal e ações de inclusão e cidadania nos estádios.

Logo em seguida, às 09 horas, teve início o primeiro painel, com o tema "Reflexos da Lei 10.671 (Estatuto do Torcedor) no futebol brasileiro", cujo presidente da mesa foi José Wilson Sales Júnior, procurador de Justiça e vice-coordenador do Nudetor. Às 10h30,

teve início o painel "A Portaria nº 124/2009 do Ministério dos Esportes e suas consequências no cenário esportivo local – Exigência de Laudos Técnicos Padronizados", cuja mesa foi presidida pelo promotor de Justiça e membro do Nudetor Francisco Rinaldo de Sousa Janja.

"O papel das Secretarias de Governo no cumprimento do Estatuto do Torcedor e no planejamento para a Copa do Mundo de 2014" foi o tema do terceiro painel, que teve como presidente da mesa o promotor de Justiça e membro do Nudetor, João de Deus Duarte Rocha, e como expositores Gony Arruda, secretário do Esporte do Estado do Ceará. O quarto e último painel abordou o tema "Combate à Violência nos Estádios de Futebol e a questão das Torcidas Organizadas", e a mesa presidida por Teresa Gondim Carneiro Chaves, promotora de Justiça e diretora Geral da ESM/CE. Dentre os expositores, o procurador Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, Aguinaldo Fenelon de Barros.

Dentre as autoridades que prestigiaram o evento, os secretários do Esporte do Estado do Ceará, Gony Arruda, e Municipal de Esporte e Lazer de Fortaleza, Francisco Evaldo Lima; o presidente da Federação Cearense de Futebol, Mauro Carmélio Santos Costa Júnior, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Valdetário Andrade Monteiro.

Procuradores de Justiça Maria Neves e José Wilson



Promotor defende comissão de acessibilidade

O promotor de Justiça e coordenador do Núcleo de Defesa do Idoso e do Portador de Deficiência, Francisco Nildo Façanha de Abreu, requereu, à procuradora Geral de Justiça do Estado do Ceará, Maria do Perpétuo Socorro França Pinto, dia 17 de janeiro, a criação da Comissão Permanente de Acessibilidade no Ministério Público Estadual do Ceará, através de uma equipe multidisciplinar, com a inclusão de um servidor com deficiência.

A criação da Comissão contribuirá, indubitavelmente, para o aperfeiçoamento da Instituição, dignificando o trabalho para a efetivação dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência. O Promotor de Justiça participou como representante do MP Ceará, na Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Idoso (COPEPDI), do GNDH, nas reuniões realizadas em Belo Horizonte, dias 13 e 14 de setembro de 2010, e em Fortaleza, dia 03 de dezembro de 2010.

Nestes encontros foram discutidas a necessidade de criação da Comissão Permanente de Acessibilidade no Ministério Público, dentro da meta MP Acessível, objetivando assegurar a acessibilidade arquitetônica nos prédios próprios e locados, no portal do MP, e também a acessibilidade atitudinal, no desiderato de combate ao preconceito.